

**Da formulação ao território: desafios da implementação do Plano Nacional de
Agroecologia e Produção Orgânica nos biomas brasileiros**

*From Policy Formulation to Territorial Implementation: Challenges in the Execution of the National
Plan for Agroecology and Organic Production across Brazilian Biomes*

Fernanda Correa de Moraes

Universidade de São Paulo, Piracicaba, SP, Brasil

Júlia Benfca Senra

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Brasília, DF, Brasil

GT 04 - Meio ambiente, agroecologia, sustentabilidade e mudanças climáticas

Resumo: Este artigo analisa o ECOFORTE (2024) como instrumento da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, com foco na distribuição das instituições apoiadas por bioma e em suas atividades econômicas. O método combina análise documental do edital e categorização das atividades em dimensões produtivas, organizativas e territoriais. Os resultados evidenciam a diversidade de atuações, que ultrapassam a produção e abrangem cadeias, serviços, conhecimento e organização social, indicando o caráter sistêmico da política. Observa-se concentração institucional na Mata Atlântica e menor presença em biomas como Amazônia e Pantanal, sugerindo desigualdades territoriais de acesso. Conclui-se que o ECOFORTE fortalece redes e a governança territorial, mas enfrenta desafios de capilaridade e equidade regional.

Palavras-chave: agroecologia, políticas públicas, desenvolvimento territorial, sistemas agroalimentares, Ecoforte.

Abstract: This article analyzes ECOFORTE (2024) as an instrument of the National Policy for Agroecology and Organic Production, focusing on the distribution of supported institutions by biome and their economic activities. The method combines documentary analysis of the call for proposals and categorization of activities into productive, organizational, and territorial dimensions. The results highlight the diversity of actions, which go beyond production and encompass supply chains, services, knowledge, and social organization, indicating the systemic nature of the policy. Institutional concentration is observed in the Atlantic Forest and a lower presence in biomes such as the Amazon and Pantanal, suggesting territorial inequalities in access. It is concluded that ECOFORTE strengthens networks and territorial governance but faces challenges in terms of capillarity and regional equity.

Keywords: agroecology, public policies, territorial development, agri-food systems, Ecoforte.

1. Introdução

A agroecologia tem se consolidado, nas últimas décadas, como um campo estratégico para a promoção de sistemas alimentares sustentáveis, articulando dimensões ecológicas, sociais, econômicas e culturais (ALTIERI, 2012; GLIESSMAN, 2015; WEZEL et al., 2009). No Brasil, esse processo ganha expressão institucional com a criação da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), instituída pelo Decreto nº 7.794/2012, que buscou integrar e orientar ações governamentais voltadas à transição agroecológica e ao fortalecimento da produção orgânica (BRASIL, 2012). Nesse contexto, o Plano Nacional de Agroecologia e

Produção Orgânica (PLANAPO) emerge como principal instrumento de operacionalização da política, com a estruturação de programas, metas e ações intersetoriais em diferentes ciclos de implementação (BRASIL, 2024).

Desde sua criação, o PLANAPO tem sido marcado por avanços institucionais relevantes, sobretudo no que se refere à construção participativa, à articulação entre ministérios e à incorporação de demandas históricas de movimentos sociais do campo. No entanto, sua trajetória também revela descontinuidades, fragilidades na execução e forte dependência do contexto político-institucional, o que impacta diretamente sua capacidade de promover transformações estruturais nos sistemas produtivos e nos territórios. A alternância entre períodos de fortalecimento e desmonte da política evidencia a centralidade da governança e da estabilidade institucional para a efetividade de iniciativas de caráter intersetorial e de longo prazo (ROCHA NETO, 2022).

Nesse cenário, um dos principais desafios analíticos reside em compreender como as diretrizes formuladas em nível federal se materializam nos diferentes territórios e biomas brasileiros, marcados por grande diversidade socioambiental, produtiva e institucional. A implementação territorial do PLANAPO envolve a mediação de múltiplos atores, escalas e instrumentos, sendo atravessada por desigualdades regionais, capacidades institucionais distintas e dinâmicas locais específicas. Assim, a análise da política requer um deslocamento do foco da formulação para a observação de seus efeitos concretos, limites e possibilidades no nível territorial. Ademais, a compreensão do entrelaçamento entre as atividades agrícolas e as dimensões ambientais constitui elemento central para a formulação e avaliação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento sustentável. No contexto brasileiro, essa análise pode ser aprimorada ao considerar as especificidades dos biomas nos quais se inserem as áreas agrícolas, uma vez que cada um apresenta dinâmicas ecológicas próprias, distintos níveis de vulnerabilidade e respostas diferenciadas às pressões antrópicas e às mudanças climáticas.

Este artigo tem como objetivo analisar os desafios da implementação do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica nos biomas brasileiros, considerando a articulação entre dimensões agrícolas, ambientais e institucionais. A partir dos resultados do ECOFORTE busca-se compreender em que medida os instrumentos de seleção de projetos têm contribuído para a promoção da agroecologia em contextos diversos, com atenção à distribuição das instituições por biomas e ao perfil de suas atividades econômicas. Para tanto, o estudo articula revisão bibliográfica, análise documental e dados secundários, dialogando com a literatura sobre políticas públicas, governança e desenvolvimento rural sustentável

2. Revisão da Literatura

O ECOFORTE é uma estratégia de fomento vinculada à Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), concebida como instrumento de apoio à transição agroecológica por meio do fortalecimento de redes territoriais. Operacionalizado principalmente a partir de chamadas públicas, o ECOFORTE financia projetos coletivos que articulam agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais, organizações da sociedade civil, instituições de pesquisa e extensão rural, entre outros atores (SCHMITT, 2020).

Seu principal objetivo é promover a estruturação e o fortalecimento de redes de agroecologia, entendidas como arranjos territoriais que integram produção, processamento, comercialização, formação e gestão social do conhecimento. Diferentemente de políticas centradas em unidades produtivas individuais, o ECOFORTE atua em uma lógica territorial e sistêmica, buscando fomentar processos coletivos de inovação social e tecnológica orientados pelos princípios da agroecologia.

Segundo a Fundação Banco do Brasil (2024), os projetos apoiados pelo ECOFORTE devem abranger diversas dimensões descritas no objetivo do edital:

- Seleção e apoio a projetos territoriais de redes de agroecologia, extrativismo e produção orgânica (REDE).
- Intensificação das práticas de manejo sustentável de produtos da sociobiodiversidade e de sistemas produtivos orgânicos e de base agroecológica.
- Ampliação da escala de produção e da oferta de alimentos e produtos saudáveis.
- Promoção da transição agroecológica.
- Fortalecimento da resiliência dos ecossistemas.
- Promoção da geração de autonomia social e econômica das famílias agricultoras, assentadas, de povos quilombolas, de povos indígenas e de povos e comunidades tradicionais.

No contexto do PLANAPO, o ECOFORTE se destaca como um dos principais instrumentos de indução da agroecologia nos territórios, justamente por sua capacidade de articular diferentes políticas públicas e atores sociais em escala local e regional (SCHMITT, 2020). Assim, a análise das instituições aprovadas no edital ECOFORTE de 2024, especialmente quando organizada por biomas, permite compreender como a política se materializa em contextos socioambientais distintos, evidenciando tanto sua capilaridade quanto às desigualdades territoriais na distribuição de recursos e oportunidades.

3. Metodologia

Este estudo adota uma abordagem qualitativa de natureza exploratório-analítica, adequada à compreensão de fenômenos complexos e contextualmente situados, como a implementação de políticas públicas em diferentes territórios. Conforme orienta Yin (2015), esse tipo de abordagem é particularmente pertinente quando se busca analisar processos contemporâneos inseridos em contextos reais, nos quais as fronteiras entre o fenômeno e o contexto não são claramente definidas. De forma complementar, destaca que a pesquisa qualitativa permite captar significados, interpretações e dinâmicas sociais que não são plenamente apreensíveis por métodos quantitativos (FLICK, 2009).

A estratégia metodológica baseia-se na análise documental e na sistematização de dados secundários provenientes de chamadas públicas e registros institucionais relacionados ao Programa ECOFORTE. Segundo Antônio Carlos Gil (2008), a pesquisa documental constitui uma fonte relevante para estudos em políticas públicas, uma vez que permite acessar informações produzidas no âmbito das próprias instituições responsáveis pela formulação e implementação das ações. Nesse sentido, o arcabouço empírico é composto pelas instituições aprovadas no âmbito do ECOFORTE, considerando informações como localização e principais linhas de ação.

Como recorte analítico, as instituições são organizadas segundo os biomas brasileiros, Amazônia, Cerrado, Caatinga, Mata Atlântica, Pampa e Pantanal, permitindo examinar a distribuição territorial das iniciativas apoiadas. Esse tipo de recorte dialoga tanto com a importância para a temática dos conjuntos de formas de vida vegetal e animal que compartilham condições geoclimáticas semelhantes e uma história ecológica comum, resultando em uma biodiversidade própria (IBGE, 2004), como com a perspectiva territorial das políticas públicas, que, conforme Sérgio Schneider (2010), enfatiza a importância de considerar as especificidades socioambientais e institucionais dos territórios na análise de processos de desenvolvimento rural.

A análise dos dados é conduzida por meio da análise temática, que permite identificar, organizar e interpretar padrões de sentido (temas) presentes nos dados. As categorias analíticas foram definidas a partir do referencial teórico sobre agroecologia, políticas públicas e desenvolvimento territorial, destacando-se: (i) Atividades cadastradas das instituições selecionadas para o Edital ECOFORTE; (ii) Identificação dos municípios das mesmas.

Adicionalmente, a análise dialoga com a literatura sobre implementação de políticas públicas, especialmente a abordagem que enfatiza o papel dos contextos locais e dos atores na tradução das políticas em prática. Busca-se, ainda, analisar em que medida os projetos

ECOFORTE contribuem para a construção de redes territoriais de agroecologia, entendidas como arranjos coletivos que integram diferentes dimensões da produção e reprodução social.

Cabe destacar que a pesquisa apresenta limitações inerentes ao uso de dados secundários, especialmente no que se refere à disponibilidade, padronização e atualização das informações sobre os projetos, tendo utilizado os dados disponíveis sobre as instituições proponentes. Além disso, a análise não contempla, neste momento, avaliação direta de impactos nos territórios, concentrando-se na dimensão da implementação.

Ao tomar o ECOFORTE como objeto empírico, este estudo busca deslocar o foco da análise da formulação normativa para a expressão territorial concreta da política, a partir de seus meios financeiros de implementação, contribuindo para uma compreensão mais situada dos desafios e potencialidades do PLANAPO nos diferentes biomas brasileiros.

O acesso aos dados do resultado do Edital de Seleção Pública nº 2024/007 ECOFORTE Redes 2024 foi por meio da página da Fundação Banco do Brasil¹. Após o acesso, foi feita a consulta de cada CNPJ das instituições selecionadas via página da Receita Federal. Posteriormente os dados foram tabulados e foram acrescentadas as atividades constantes nos cadastros e os biomas nos quais se encontram os municípios das sedes das instituições, por meio de classificação de bioma predominante por município realizada pelo IBGE². Por fim, foi feita a seleção de análise dos dados pertinentes à presente discussão.

4. Resultados e Discussão

O Edital nº 2024/007 ECOFORTE Redes 2024, lançado em julho de 2024, resultou na seleção de 41 instituições, com base em critérios que consideraram a região, a pontuação, a localização na Amazônia Legal e a composição de cadastro reserva. Nesta sessão realiza-se uma análise das atividades econômicas e distribuição geográfica deste conjunto de instituições, com objetivo de compreender seus perfis e a forma como se inserem nos diferentes biomas. Busca-se desta forma, oferecer subsídios sobre a implementação da PLANAPO.

Portanto, foi realizado o levantamento do Cadastro Nacional de Atividade Econômica (CNAE) segundo o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) dentre as instituições selecionadas. Assim, foram identificadas 163 tipos de atividades econômicas principais e secundárias. Essas atividades identificadas foram agrupadas em oito categorias, que expressam

¹ Disponível em: <https://fbb.org.br/editais-de-projetos/editais-publicos/>. Acesso em 31 de março de 2026.

² Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/informacoes-ambientais/15842-biomas.html?edicao=16060&t=downloads>. Acesso em 01 de abril de 2026.

diferentes dimensões das redes territoriais apoiadas pelo ECOFORTE: (i) produção agropecuária e extrativista; (ii) agroindústria e processamento; (iii) comercialização e logística; (iv) serviços de apoio à produção; (v) pesquisa e inovação; (vi) organização social; (vii) educação e cultura; e (viii) serviços diversos e bem-estar social. Abaixo uma tabela que organiza as categorias, uma breve descrição e principais atividades (Tabela 1):

Tabela 1. Categorias analíticas das atividades econômicas das instituições apoiadas pelo ECOFORTE 2024

Categoria analítica	Descrição	Principais atividades incluídas (CNAE)
1. Produção agropecuária e extrativista	Atividades diretamente relacionadas à produção primária e ao uso sustentável dos recursos naturais	Agricultura (grãos, frutas, hortaliças), pecuária, avicultura, aquicultura, pesca, apicultura, extrativismo vegetal e mineral, coleta de produtos florestais, produção florestal
2. Agroindústria e processamento	Atividades de transformação e agregação de valor aos produtos da sociobiodiversidade	Fabricação de alimentos, bebidas, cosméticos, fertilizantes, laticínios, panificação, frigoríficos, beneficiamento de produtos
3. Comercialização e logística	Atividades relacionadas à circulação, distribuição e venda de produtos	Comércio atacadista e varejista, armazéns, depósitos, transporte rodoviário e aquaviário, alimentação para eventos
4. Serviços de apoio à produção	Atividades técnicas e operacionais que sustentam os sistemas produtivos	Agronomia, suporte à agricultura, pulverização agrícola, preparação de terreno, serviços ambientais
5. Pesquisa, inovação e tecnologia	Atividades voltadas à produção e difusão de conhecimento	Pesquisa científica, desenvolvimento de software, tecnologia da informação, testes técnicos
6. Organização social e associativismo	Estruturas coletivas e institucionais que articulam os atores das redes	Associações, cooperativas, organizações da sociedade civil, atividades administrativas e de apoio
7. Educação, formação e cultura	Atividades voltadas à formação, comunicação e valorização cultural	Educação, capacitação, eventos, produção editorial, rádio, audiovisual, atividades culturais
8. Serviços diversos e bem-estar social	Atividades complementares relacionadas à qualidade de vida nos territórios	Saúde, assistência social, práticas integrativas, turismo, hotelaria, esportes

Fonte: elaboração das autoras.

A análise das atividades econômicas das instituições apoiadas pelo ECOFORTE, a partir de sua classificação na CNAE, evidencia uma diversidade significativa de campos de atuação que extrapolam amplamente a esfera da produção agropecuária. Como demonstrado no Tabela 1, as organizações contempladas não se restringem às atividades primárias, estão também inseridas em segmentos como agroindústria, comercialização, serviços técnicos, pesquisa, educação, cultura e assistência social. Essa heterogeneidade revela que o ECOFORTE não se limita ao apoio à produção, mas fomenta a constituição de arranjos mais complexos e interdependentes.

Nesse sentido, observa-se que o programa atua no fortalecimento de redes, ao apoiar instituições com diferentes perfis e funções que, articuladas, viabilizam processos coletivos de produção, circulação de bens, geração de conhecimento e organização social. Essas redes não são apenas produtivas, mas também sociopolíticas e territoriais, envolvendo agricultores, técnicos, pesquisadores, organizações da sociedade civil e outros atores estratégicos.

Além das atividades, também foram identificados os biomas predominantes relativos aos municípios sede das instituições cadastradas (Tabela 2), com o intuito de entender uma possível distribuição territorial e área de influência das atividades financiadas.

Tabela 2. Biomas por número de municípios das instituições selecionadas e porcentagem.

Biomas	Nº de municípios	% de municípios por Bioma
Mata Atlântica	16	39,02
Caatinga	10	24,39
Cerrado	7	17,07
Pampa	5	12,20
Amazônia	3	7,32
Pantanal	0	0,00
Total Geral	41	100%

Fonte: elaboração das autoras.

A distribuição das 41 instituições selecionadas pelo ECOFORTE (2024) segundo seus endereços evidencia uma concentração significativa em determinados biomas, com destaque para

a Mata Atlântica (39,02%), seguida pela Caatinga (24,39%) e pelo Cerrado (17,07%). Em contraste, observa-se uma participação reduzida da Amazônia (7,32%) e ausência de instituições sediadas no Pantanal.

À primeira vista, esses dados poderiam sugerir uma maior incidência das iniciativas em regiões mais densamente institucionalizadas, especialmente na Mata Atlântica, onde se concentram universidades, organizações da sociedade civil e redes já consolidadas. Esse padrão pode indicar que a capacidade de acessar editais e estruturar propostas está relacionada à presença de infraestrutura institucional e capital organizativo acumulado nos territórios.

No entanto, é importante considerar que o endereço institucional não necessariamente corresponde à área de atuação dos projetos apoiados. Muitas organizações operam em múltiplos territórios e biomas, especialmente no caso de redes agroecológicas, cuja lógica de atuação frequentemente ultrapassa limites administrativos e geográficos formais. Assim, instituições sediadas em regiões como a Mata Atlântica podem desenvolver ações em outros biomas, como Amazônia ou Cerrado, o que relativiza a leitura direta da distribuição espacial apresentada.

Ainda assim, a ausência de instituições com sede no Pantanal e a baixa representação da Amazônia podem apontar para possíveis desigualdades territoriais no acesso ao financiamento, seja por limitações na capacidade institucional local, seja por barreiras estruturais relacionadas à elaboração e submissão de projetos. Esse aspecto reforça a importância de estratégias que ampliem a capilaridade das políticas públicas em regiões historicamente menos atendidas.

Ao analisar a distribuição dos projetos selecionados pelo edital Ecoforte a partir das regiões administrativas, observa-se uma concentração no Nordeste (14 projetos), seguido do Sudeste (11), Sul (10), Norte (5) e Centro-Oeste (1). Embora essa leitura regional permita uma visão inicial da capilaridade territorial da política pública, ela se mostra limitada para compreender a real incidência dos projetos sobre os diferentes biomas brasileiros, que constituem unidades ecológicas relevantes para a análise de estratégias socioambientais e de enfrentamento às mudanças climáticas.

Isso ocorre porque as regiões administrativas não correspondem, necessariamente, a recortes ecológicos homogêneos. O caso do Nordeste é emblemático, uma vez que abriga diferentes biomas, como a Caatinga e porções do Cerrado e da Mata Atlântica. Dessa forma, a simples contabilização regional pode mascarar a concentração ou a ausência de projetos em determinados biomas, dificultando a avaliação da efetividade territorial do edital sob a perspectiva ambiental.

A ausência de uma categorização explícita dos projetos por bioma no edital limita, portanto, a análise da aderência das iniciativas às vulnerabilidades e especificidades ecológicas de cada território. Considerando que os impactos das mudanças climáticas se manifestam de

forma diferenciada entre os biomas, como a intensificação da seca na Caatinga, a perda de biodiversidade na Mata Atlântica ou o avanço do desmatamento na Amazônia.

5. Considerações finais

A análise das instituições apoiadas pelo ECOFORTE (2024), a partir de suas atividades econômicas classificadas pela CNAE e de sua distribuição por biomas, evidencia o caráter multifuncional e territorial da política. A diversidade de atividades identificadas que abrange produção, processamento, comercialização, serviços técnicos, pesquisa, educação e organização social, confirma que o ECOFORTE não se limita ao fomento produtivo, mas atua na constituição de redes territoriais complexas, articulando diferentes dimensões dos sistemas agroalimentares.

No que se refere à distribuição espacial, observa-se uma concentração de instituições sediadas na Mata Atlântica e menor presença em biomas como Amazônia e Pantanal. Ainda que o endereço institucional não corresponda necessariamente à área de atuação dos projetos, esse padrão sugere desigualdades na capacidade de acesso aos instrumentos de financiamento, possivelmente associadas à concentração de infraestrutura organizativa, técnica e institucional em determinadas regiões do país.

A articulação entre a análise do CNAE e a distribuição por biomas permite evidenciar que o ECOFORTE opera de forma sistêmica, incidindo simultaneamente sobre diferentes elos das cadeias produtivas e sobre múltiplas dimensões da vida nos territórios. Tal característica reforça seu potencial como instrumento de promoção da agroecologia, especialmente por meio do fortalecimento de redes e da integração de atores diversos.

Entretanto, os resultados também apontam limites importantes, especialmente no que se refere à capilaridade territorial da política e à sua capacidade de alcançar regiões com menor densidade institucional. Esses achados indicam a necessidade de estratégias que ampliem o acesso a editais e fortaleçam organizações em biomas historicamente sub-representados.

Para tal, sugere-se que a Comissão Nacional de Classificação (CONCLA/IBGE) considere adotar explicitamente nas descrições das atividades da CNAE as palavras “agroecologia” e/ou “produção orgânica”, como um possível avanço na distinção de tais atividades visando o fomento e o monitoramento delas no Brasil a partir de dados públicos.

Por fim, a análise longitudinal de diferentes editais e ciclos do programa poderia contribuir para identificar padrões de continuidade, expansão ou retração da política, ampliando a compreensão de sua trajetória no contexto da PNAPO. Além da recomendação de que futuros editais selecionem projetos considerando a distribuição por biomas, de maneira complementar às

regiões administrativas.

Referências

ALTIERI, Miguel A. Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

BRASIL. Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012. Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 21 ago. 2012. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7794.htm>. Acesso em: 30 mar. 2026.

_____. Portaria Interministerial MDA/SG-PR/MAPA/MDS/MMA/MS/MCTI nº 7, de 15 de outubro de 2024. Institui o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – Planapo, para o período 2024-2027. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, ed. 204, p. 46, 21 out. 2024. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-interministerial-mda/sg-pr/mapa/mds/mma/ms/mcti-n-7-591352552>. Acesso em: 30 mar. 2026.

CRESWELL, John W.; CRESWELL, J. David. *Research design: qualitative, quantitative, and mixed methods approaches*. 5. ed. Thousand Oaks: Sage, 2018.

FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL. *Edital de seleção pública nº 2024/007 – ECOFORTE Redes 2024*. Brasília, DF, 2024. Disponível em: <<https://fbb.org.br/edital-publico/edital-selecao-publica-ecoforte/>>. Acesso em: 30 mar. 2026.

FLICK, Uwe. *Introdução à pesquisa qualitativa*. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GLIESSMAN, Stephen R. *Agroecology: the ecology of sustainable food systems*. 3. ed. Boca Raton: CRC Press, 2015.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (2004). Mapa dos biomas do Brasil: primeira aproximação. Disponível em: <https://geoftp.ibge.gov.br/informacoes_ambientais/estudos_ambientais/biomas/mapas/biomas_5000mil.pdf>. Acesso em 02 abr. 2026.

PETERS, B. Guy. *Advanced introduction to public policy*. Cheltenham: Edward Elgar, 2015.

ROCHA NETO, João. Tão perto e tão longe: trajetória da agroecologia na agenda brasileira de políticas públicas. *Saúde em Debate*, v. 46, n. esp., p. 455-466, 2022. Disponível em: <<https://www.scielo.org/article/sdeb/2022.v46nspe2/455-466/>>. Acesso em: 30 mar. 2026.

SAMBUICHI, Regina Helena Rosa et al. *Avaliação da execução do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica 2013-2015*. Brasília, DF: Ipea, 2017. Disponível em: <<https://repositorio.ipea.gov.br/items/5d2b0f5f-9406-4661-b0a0-826653a0a970>>. Acesso em: 30 mar. 2026.

SCHMITT, Claudia Job et al. *Fortalecendo redes territoriais de agroecologia, extrativismo e*

produção orgânica: a instrumentação da ação pública no Programa Ecoforte. Estudos Sociedade e Agricultura, v. 28, n. 2, p. 312-338, 2020. Disponível em <<https://www.redalyc.org/journal/5999/599963212006/599963212006.pdf>> Acesso em: 30 mar. 2026.

SCHNEIDER, Sérgio. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 12, n. 25, p. 86-125, 2010.

WEZEL, Alexander et al. Agroecology as a science, a movement and a practice. *Agronomy for Sustainable Development*, v. 29, n. 4, p. 503–515, 2009.

YIN, Robert K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.